

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	216.938	125.927	CIRCULANTE	1.609	872
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	127.970	34.266	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 13e)	338	156
Dividendos a Receber (Nota 12)	74.651	78.959	Dividendos a Pagar (Nota 8d)	743	629
Créditos Tributários (Nota 13f)	930	609	Provisão para Pagamento de Despesas Administrativas	67	87
Valores a Receber (Nota 6)	13.387	11.976	Outras Obrigações a Pagar	461	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d)	-	117	NÃO CIRCULANTE	4.545	3.707
NÃO CIRCULANTE	341.180	353.108	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 13c)	4.545	3.707
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	82.845	86.879	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	551.964	474.456
Créditos Tributários (Nota 13f)	1.142	2.988	Capital Social	228.000	194.000
Valores a Receber (Nota 6)	80.326	83.691	Reservas de Capital	21.993	21.993
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d)	1.177	-	Reservas de Lucros (Nota 8c)	301.971	258.463
INVESTIMENTOS (Nota 7)	258.535	266.429	TOTAL	551.964	474.456
TOTAL	558.118	479.035			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
	2014	2013		Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	84.504	70.360	Eventos					
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	66.759	58.579	Saldos em 31.12.2012	148.000	67.993	8.960	183.881	-
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	17.705	11.775	Aumento de Capital com Reservas	46.000	(46.000)	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	40	6	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	66.251	66.251
DESPESAS OPERACIONAIS	453	193	Destinações: - Reservas	-	-	3.312	62.310	(65.622)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	409	151	- Dividendos Propostos	-	-	-	(629)	(629)
Despesas Tributárias (Nota 10)	44	42	Saldos em 31.12.2013	194.000	21.993	12.272	246.191	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	84.051	70.167	Aumento de Capital com Reservas	34.000	-	(34.000)	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(5.800)	(3.916)	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	78.251	78.251
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	78.251	66.251	Destinações: - Reservas	-	-	3.913	73.595	(77.508)
Número de Ações	740.000	740.000	- Dividendos Propostos	-	-	-	(743)	(743)
Lucro Líquido Básico por ação em R\$	105,74	89,53	Saldos em 31.12.2014	228.000	21.993	16.185	285.786	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2014	2013		2014	%	2013	%
Lucro Líquido do Exercício	78.251	66.251	1 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(409)	(0,5)	(104)	(0,1)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	1.1) Serviços de Terceiros/Ediais e Publicações	(325)	(0,4)	(104)	(0,1)
Total do Resultado Abrangente	78.251	66.251	1.2) Outros	(84)	(0,1)	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2014	2013		2014	%	2013	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			2 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1)	(409)	(0,5)	(104)	(0,1)
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	84.051	70.167	3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (1-2)	(409)	(0,5)	(104)	(0,1)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(76.937)	(67.831)	4 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	88.588	100,5	74.543	100,1
Resultado de Equivalência Patrimonial	(66.759)	(58.579)	4.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	66.759	75,8	58.579	78,7
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(10.178)	(9.252)	4.2) Receitas Financeiras	21.789	24,7	15.958	21,4
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	7.114	2.336	4.3) Outras Receitas Operacionais	40	-	6	-
Aumento em Outros Ativos	9.970	10.694	5 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (3+4)	88.179	100,0	74.439	100,0
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	442	(81)	6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	88.179	100,0	74.439	100,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.154)	(1.293)	6.1) Impostos, Taxas e Contribuições	5.843	6,6	4.005	5,4
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	15.372	11.656	Federais	5.843	6,6	4.005	5,4
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			6.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	4.085	4,6	4.183	5,6
Dividendos Recebidos	78.961	-	6.3) Remuneração de Capitais Próprios	78.251	88,8	66.251	89,0
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Investimentos	78.961	-	Dividendos	743	0,8	629	0,8
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			Lucros Retidos	77.508	88,0	65.622	88,2
Dividendos Pagos	(629)	(444)					
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(629)	(444)					
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	93.704	11.212					
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	34.266	23.054					
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	127.970	34.266					
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	93.704	11.212					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Celta Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades cotistas ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2015.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros - Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Investimento em coligadas

Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou o mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e juros e variação cambial positiva sobre valores a receber. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes, conforme apresentado na Nota 13.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional (1)	21	10
Fundos de investimentos financeiros (2)	127.949	34.256
Total de caixa e equivalentes de caixa	127.970	34.266

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresa a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) VALORES A RECEBER

O montante de R\$ 93.713 (2013 - R\$ 95.667), refere-se a valores a receber decorrentes da repactuação de acordo com a FIS - Fidelity National Information Services, INC, firmado em novembro de 2010. Os referidos valores são atualizados, respectivamente, pela variação cambial e pela variação do Depósito Interbancário - DI. O saldo remanescente será pago em 8 parcelas anuais e sucessivas.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 66.759 (2013 - R\$ 58.579).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresa	Exercícios findos em 31 de dezembro								
	Patrimônio líquido ajustado		Lucro líquido ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
	2014	2013				2014	2013		
Fidelity Processadora de Serviços S.A.	527.610	136.223	107.026	49,00%	258.535	266.429	66.759	58.579	
Total					258.535	266.429	66.759	58.579	

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	740.000	740.000
Total	740.000	740.000

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas cumulativamente em 29 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 46.000, elevando-o de R\$ 148.000

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As despesas tributárias referem-se a despesas com IOF no montante de R\$ 44 (2013 - R\$ 42).

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Serviços de terceiros	247	9
Editais e publicações	78	95
Contribuição sindical patronal	-	47
Patrocínios e doações	84	-
Total	409	151

12) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	21	-	10	-
Dividendos a pagar:				
União Participações S.A.	(743)	-	(629)	-
Dividendos a receber:				
Fidelity Processadora de Serviços S.A.	74.651	-	78.959	-

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	84.051	70.167
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(28.577)	(23.857)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	22.698	19.917
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(29)	-
Outros valores	108	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.800)	(3.916)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.275)	(3.230)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias	(6)	(29)
Constituição/Realização no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa	(1.519)	(715)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.800)	(3.916)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Celta Holdings S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	Constituição	Realização	2014
Outras provisões para publicação	29	23	29	23
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.568	-	1.519	2.049
total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.597	23	1.548	2.072
Obrigações fiscais diferidas	3.707	838	-	4.545
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(110)	(815)	1.548	(2.474)

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante R\$ 1.177 (2013 - R\$ 117) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 338 (2013 - R\$ 156), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 226 (2013 - R\$ 114) e Contribuição Social de R\$ 112 (2013 - R\$ 42).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2015	17	6	681	245	949
2016	-	-	802	289	1.091
2017	-	-	24	8	32
Total	17	6	1.507	542	2.072

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 1.990 (2013 - R\$ 3.324).

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

b) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

e) Não há outros eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP202567/O-5

contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 20 de abril de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/P-9

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
 Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
 Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2014	2013			
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	216.938	125.927	CIRCULANTE	1.609	872
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	127.970	34.266	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 13e)	338	156
Dividendos a Receber (Nota 12)	74.651	78.959	Dividendos a Pagar (Nota 8d)	743	629
Créditos Tributários (Nota 13)	13.387	11.976	Provisão para Pagamento de Despesas Administrativas	67	87
Valores a Receber (Nota 6)	-	117	Outras Obrigações a Pagar	461	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d)	-	117	NÃO CIRCULANTE	4.545	3.707
NÃO CIRCULANTE	341.180	353.108	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 13c)	4.545	3.707
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	82.645	86.679	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	551.964	474.456
Créditos Tributários (Nota 13)	1.142	2.988	Capital Social	228.000	194.000
Valores a Receber (Nota 6)	80.326	83.691	Reservas de Capital	21.993	21.993
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d)	-	1.177	Reservas de Lucros (Nota 8c)	301.971	258.463
INVESTIMENTOS (Nota 7)	258.535	266.429	TOTAL	558.118	479.035
TOTAL	558.118	479.035			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			
	2014	2013	
RECEITAS OPERACIONAIS	84.504	70.360	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	66.579	58.579	
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	11.775	-	
Outras Receitas Operacionais	40	6	
DESPESAS OPERACIONAIS	453	193	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	409	151	
Despesas Tributárias	44	42	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	84.051	70.167	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(5.800)	(3.916)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	78.251	66.251	
Número de Ações	740.000	740.000	
Lucro Líquido Básico por ação em R\$	105,74	89,53	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			
	2014	2013	
Lucro Líquido do Exercício	78.251	66.251	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	
Total do Resultado Abrangente	78.251	66.251	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			
	2014	2013	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	84.051	70.167	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(76.937)	(67.831)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(66.759)	(58.579)	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	110.178	9.252	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	7.114	2.336	
Aumento em Outros Ativos	9.970	10.694	
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	442	(81)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.154)	(1.293)	
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	15.372	11.656	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Dividendos Recebidos	78.961	-	
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Investimentos	78.961	-	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(629)	(444)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(629)	(444)	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	93.704	11.212	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	34.266	23.054	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	127.970	34.266	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	93.704	11.212	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2012	148.000	67.993	8.960	183.881	-	408.834
Aumento de Capital com Reservas	46.000	(46.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	66.251	66.251
Destinações - Reservas	-	-	3.312	62.310	(65.622)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(629)	(629)
Saldos em 31.12.2013	194.000	21.993	12.272	246.191	-	474.456
Aumento de Capital com Reservas	34.000	-	-	(34.000)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	78.251	78.251
Destinações - Reservas	-	-	3.913	73.595	(77.508)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(743)	(743)
Saldos em 31.12.2014	228.000	21.993	16.185	285.786	-	551.964

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2014	%	2013	%	
1 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(409)	(0,5)	(104)	(0,1)	
1.1) Serviços de Terceiros/Ediais e Publicações	(325)	(0,4)	(104)	(0,1)	
1.2) Outros	(84)	(0,1)	-	-	
2 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1)	(409)	(0,5)	(104)	(0,1)	
3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (1-2)	(409)	(0,5)	(104)	(0,1)	
4 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	88.588	100,5	74.543	100,1	
4.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	66.759	75,8	58.579	78,7	
4.2) Receitas Financeiras	21.789	24,7	15.958	21,4	
4.3) Outras Receitas Operacionais	40	0,04	6	0,008	
5 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (3+4)	88.179	100,0	74.439	100,0	
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	88.179	100,0	74.439	100,0	
6.1) Impostos, Taxas e Contribuições	5.843	6,6	4.005	5,4	
Federais	5.843	6,6	4.005	5,4	
6.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	4.085	4,6	4.183	5,6	
6.3) Remuneração de Capitais Próprios	78.251	88,8	66.251	89,0	
Dividendos	743	0,8	629	0,8	
Lucros Retidos	77.508	88,0	65.622	88,2	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Celta Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas vantagens operacionais e comerciais em suas atividades. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2015.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros - Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Investimento em coligadas

Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e juros e variação cambial positiva sobre valores a receber. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes, conforme apresentado na Nota 13.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional (1)	21	10
Fundos de investimentos financeiros (2)	127.949	34.256
Total de caixa e equivalentes de caixa	127.970	34.266

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) VALORES A RECEBER

O montante de R\$ 93.713 (2013 - R\$ 95.667), refere-se a valores a receber decorrentes da repactuação de acordo com a FIS - Fidelity National Information Services, INC, firmado em novembro de 2010. Os referidos valores são atualizados, respectivamente, pela variação cambial e pela variação do Depósito Interbancário - DI. O saldo remanescente será pago em 8 parcelas anuais e sucessivas.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 66.759 (2013 - R\$ 58.579).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresa	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	Patrimônio líquido ajustado		Lucro líquido ajustado (em milhares)		Participação no capital social - %	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Fidelity Processadora de						
Serviços S.A.	527.610	136.223	107.026	49,00%	258.535	266.429
TOTAL					258.535	266.429

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	740.000	740.000
Total	740.000	740.000

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

e) Não há outros eventos subsequentes que requeram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Celta Holdings S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 20 de abril de 2015

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/P-9